



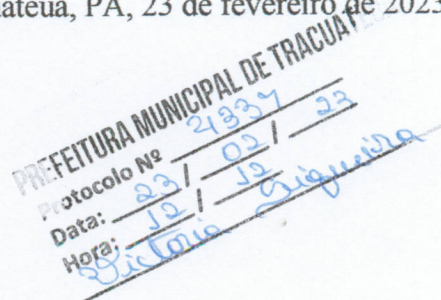
Prefeitura Municipal de Tracuateua
Secretaria Municipal de Saúde
CNPJ: 11.739.590/0001-95



OFICIO N.º 060 /2023-GAB/SEMUST

Tracuateua, PA, 23 de fevereiro de 2023

Ao Gabinete do Prefeito
José Braulio da Costa
Prefeito Municipal de Tracuateua



Assunto: **Aditivo de Contrato.**

Processo Administrativo de Inexigibilidade 6/2022-220201 – PMT

Contrato N° 2022030303- SEMUST

Contratado: **MAVICON CONTABILIDADE LTDA**

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Aquisição de Material de Expediente, para atender as demandas necessárias da Prefeitura e Secretarias Municipais, por um período de 12 (doze) meses., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Sr. Prefeito,

Solicito através deste a prorrogação do referido contrato por mais 12 meses dias

JUSTIFICATIVA: Constitui-se como objeto deste contrato a Contratação de Pessoa Jurídica especializada, visando à prestação de serviços técnicos em assessoria e consultoria contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, para prestar serviços contábeis especializados de contabilidade para: a) acompanhamento da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial; b) acompanhamento do cumprimento dos limites constitucionais na educação, saúde e pessoal; c) acompanhamento do cumprimento da legislação, em especial a Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCM/PA e as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional-STN; d) acompanhamento das obrigações da Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF, junto ao TCE/PA e demais órgãos de controle externo, tais como: SICONFI, LRF e outros; e) assessoria para elaboração das propostas do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA; f) acompanhamento da Prestação de Contas Anual para envio ao TCM/PA. g) expedição de pareceres na área de contabilidade; h)



prestação de serviços de assessoria técnica-contábil para implantação, readequação e execução das rotinas internas e fluxos dos serviços das secretarias e órgãos do Poder Executivo, para dar cumprimento às exigências técnicas e de gestão necessárias a prestação de contas mensais; i) elaboração de relatórios gerenciais e de gestão fiscal para apresentações em audiências públicas; j) assessorar, sempre que solicitado, nas tomadas de decisões para a busca do equilíbrio econômico, financeiro e orçamentário, visando o efetivo controle das despesas e fechamento adequado das contas públicas; k) acompanhamento dos processos de julgamento das contas do Poder executivo Municipal pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará-TCM, referentes aos exercícios financeiros em que houver contratação para consultoria, incluindo a elaboração de recursos administrativos perante o TCE/PA; l) emissão de relatório detalhado dos serviços prestados; m) assessoria e treinamento na implantação e adequação dos controles do município às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); n) Assessoria na elaboração de processos de prestação de contas junto aos Diversos Órgãos de Fiscalização; o) Elaboração dos Relatórios de Gestão Fiscal e de Execução Orçamentária, ambos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal; p) Elaboração de relatórios gerenciais para o auxílio do Gestor nas tomadas de decisões; Elaboração de Balancetes e Balanço Geral; q) Assessoria e Consultoria na relação entre o Poder Executivo/Legislativo/Tribunais de Contas; r) Assessoria na informatização dos departamentos das áreas contábeis, financeira e patrimonial; s) Acompanhamento do cumprimento das Obrigações junto ao Tribunal de Contas dos Municípios – TCM/PA através do SPE (Sistema de Processo Eletrônico) t) Acompanhamento e regularização do CAUC nos assuntos pertinentes ao Setor Contábil, u) Auxílio à CPL municipal com as dotações orçamentárias adequadas para cada Processo Licitatório. v) Informação e Acompanhamento dos Assuntos Contábeis junto ao Portal da Transparência x) outras demandas, essenciais ao eficiente desenvolvimento dos serviços contratados.

O Fundo Municipal de Saúde de Tracuateua – pa, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ nº 11.739.590/0001-95, com sede na Rua: São Sebastião, bairro Centro, s/nº, CEP: 68.748-000, representado neste ato pela Sra. Michelle Rosário de Melo, Secretária Municipal de Saúde de Tracuateua-Pa, nomeada pelo Decreto Municipal nº 008/2021, vem respeitosamente encaminhar a solicitação de aditivo contratual para a análise justificativa e reconhecimento do pedido.

O Contrato nº 2022030303-SEMUST, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/020801-PMT INEXIGIBILIDADE Nº 6/2022-220201-PMT, O objeto do contrato é a Contratação de Pessoa Jurídica especializada, visando à prestação de serviços técnicos



Prefeitura Municipal de Tracuateua
Secretaria Municipal de Saúde
CNPJ: 11.739.590/0001-95

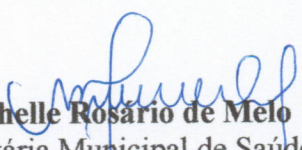


em assessoria e consultoria contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, para prestar serviços contábeis

Portanto, solicitamos a Vossa Senhoria que autorize o Aditivo do contrato, referente a citação acima.

É nossa justificativa.

Tracuateua- Pa, 23 de fevereiro de 2023.


Michelle Rosário de Melo
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº 008/2021

Michelle Rosário de Melo
SEC. MUN. SAÚDE - TRACUATEUA
DECRETO Nº 008/2021



MAVICON

CONTABILIDADE

CNPJ nº 12.709.406/0001-27

OFÍCIO Nº 05/2023

Bragança/PA, 17 de fevereiro de 2023.

A sua Excelência o Senhor
Secretária Municipal de Saúde de Tracuateua
MICHELLE ROSARIO DE MELO

Assunto: Solicitação de prorrogação de contrato

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, respeitosamente, perante Vossa Excelência, diante do processo administrativo de inexigibilidade nº 6/2022-220201-PMT e Contrato nº 2022030303-SEMUST, em anexo, que tem sua vigência final em 03/03/2023, expor o interesse desta Empresa em continuar a prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Contábil e solicitar que o referido contrato seja aditivado por mais 12 (doze) meses. Aproveito a oportunidade pra encaminhar em anexo as devidas certidões para o devido procedimento.

Certo de que posso contar com sua colaboração, agradeço antecipadamente, ao tempo que reitero protesto de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

MAVICON CONTABILIDADE LTDA
CNPJ: 12.709.406/0001-27
MARCUS PLINIO GARCIA DE LIMA
SÓCIO-ADMINISTRADOR

CARTeira DE IDENTIDADE DE CONTABILISTA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - PA

NOME: MARCUS PLINIO GARCIA DE LIMA

CATEGORIA: CONTADOR

Nº DO REGISTRO: PA-0116780-3

FILIAÇÃO: AROLDONAZARENO RODRIGUES DE LIMA

YOLETE MARIA GARCIA DE LIMA

NASCIMENTO: 24.05.1978

NACIONALIDADE: BRASILEIRA

NATURALIDADE: BRAGANÇA-PA

EXEDIÇÃO: 21.02.2003

JOSE SIBREINHO DE SILVA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CPF: 594.475.242-49

PA: 2854493 - PA

Data de validade: 25.01.2002

EXAME EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Assinatura do Contabilista: [Assinatura]

Este cartão tem validade para documentação contábil, fiscal e jurídica, nos termos da Lei nº 6.800, de 15 de Junho de 1980, e da Lei nº 6.800, de 15 de Junho de 1980.

Assinatura do Contabilista: [Assinatura]

Assinatura do Contabilista: [Assinatura]



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARÁ certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: MARCUS PLINIO GARCIA DE LIMA
REGISTRO.....	: PA-011678/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.475.242-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARÁ, 24/02/2023 as 11:18:44.

Válido até: 25/05/2023.

Código de Controle: 404751.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPA.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARÁ certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : MARCUS PLINIO GARCIA DE LIMA
REGISTRO..... : PA-011678/O-3
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.475.242-**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPA contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARÁ, 24/02/2023 as 11:19:32.

Válido até: 25/05/2023.

Código de Controle: 575053.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPA.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.709.406/0001-27 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/09/2010
NOME EMPRESARIAL MAVICON CONTABILIDADE LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MAVICON CONTABILIDADE		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.20-6-01 - Atividades de contabilidade		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AL CIRIACO OLIVEIRA	NÚMERO 11	COMPLEMENTO *****
CEP 68.600-000	BAIRRO/DISTRITO PADRE LUIZ	MUNICÍPIO BRAGANCA
UF PA		
ENDEREÇO ELETRÔNICO MAVICONCONTABILIDADE@HOTMAIL.COM		TELEFONE (91) 8141-8477
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/09/2010
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 17/02/2023 às 08:35:42 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	12.709.406/0001-27
NOME EMPRESARIAL:	MAVICON CONTABILIDADE LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$20.000,00 (Vinte mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	MARCUS PLINIO GARCIA DE LIMA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 17/02/2023 às 08:39 (data e hora de Brasília).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MAVICON CONTABILIDADE LTDA
CNPJ: 12.709.406/0001-27

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:34:39 do dia 05/01/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/07/2023.

Código de controle da certidão: **F236.08ED.2C10.D1E4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SERVIÇO GRATUITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA****Nome:** MAVICON CONTABILIDADE LTDA - ME**Inscrição Estadual:** NÃO CONSTA**CNPJ:** 12.709.406/0001-27

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza tributária, inscritos ou não na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 08:50:21 do dia 17/02/2023**Válida até:** 16/08/2023**Número da Certidão:** 702023080163535-0**Código de Controle de Autenticidade:** 80A707C1.A252117C.3028A546.9498D71E**Observação:**

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 6º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.
- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO

SERVIÇO GRATUITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA****Nome:** MAVICON CONTABILIDADE LTDA - ME**Inscrição Estadual:** NÃO CONSTA**CNPJ:** 12.709.406/0001-27

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza não tributária, inscritos na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 08:50:21 do dia 17/02/2023**Válida até:** 16/08/2023**Número da Certidão:** 702023080163536-8**Código de Controle de Autenticidade:** 86E37625.40B51734.56FE49C9.609034AE**Observação:**

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 9º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.
- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS**Nº. 0021774****Informações do Contribuinte**

CÓD. CONTRIBUINTE	NOME EMPRESARIAL (RAZÃO SOCIAL)	CPF/CNPJ
28693	MAVICON CONTABILIDADE LTDA	12.709.406/0001-27

Endereço do Contribuinte

LOGRADOURO	NÚMERO	Nº DO CEP	BAIRRO
ALAMEDA CIRIACO OLIVEIRA	11	68600000	PADRE LUIZ
MUNICÍPIO	UF	EDIFÍCIO	APTO. / SALA
BRAGANÇA	PA		

NOME DO REQUERENTE	Nº DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES
MAVICON CONTABILIDADE	12.709.406/0001-27	Inscr. Imobiliária:
FINALIDADE DA CERTIDÃO		

Data de Emissão: 22/12/2022**Data de Validade: 22/03/2023**

O Departamento de Arrecadação, Fiscalização e Tributos da Prefeitura Municipal de Bragança, a pedido da parte interessada e com fundamento legal no art. 17 e seguintes da Lei 3605/02, de 31/12/2002 - Código Tributário Municipal, ressalvado o direito de cobrar quaisquer débitos que por ventura venham a ser apurados, **CERTIFICA** que o **CONTRIBUINTE** acima qualificado, nada deve a Fazenda Municipal com relação a **TRIBUTOS MUNICIPAIS**.

Bragança - PA, 22 de DEZEMBRO de 2022

ANTONIO SERGIO
DA SILVA E
SILVA:70583730272

Assinado de forma digital
por ANTONIO SERGIO DA
SILVA E SILVA:70583730272
Dados: 2022.12.22 12:25:24
+03'00'

Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN
Prefeitura Municipal de Bragança/PA

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.709.406/0001-27
Razão Social: MAVICON CONTABILIDADE LTDA ME
Endereço: AL ALFREDO DOS SANTOS MIRANDA SALA 1 QUADRA D / PADRE LUIS / BRAGANCA / PA / 68600-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, **certifica** que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das **obrigações** com o FGTS.

Validade: 31/01/2023 a 01/03/2023

Certificação Número: 2023013101014007266998

Informação obtida em 17/02/2023 08:48:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MAVICON CONTABILIDADE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 12.709.406/0001-27

Certidão nº: 7419683/2023

Expedição: 17/02/2023, às 08:40:51

Validade: 16/08/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MAVICON CONTABILIDADE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 12.709.406/0001-27, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

27042303/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

MAVICON CONTABILIDADE LTDA

OU

CNPJ n. 12.709.406/0001-27

Certidão emitida em 17/02/2023, às 09:11:21 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Pará.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Pará (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual e Processual) até 17/02/2023, às 05:41:46.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 27042303

Código de Validação: 10BB 8417 2333 8337 FB68 102E 8A75 926D

Data da Atualização: 17/02/2023, às 05:41:46





Certidão Negativa

Certifico que nesta data (17/02/2023 às 09:04) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 12.709.406/0001-27.



A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63EF.6D52.7E81.6474 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php





Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **MAVICON CONTABILIDADE LTDA**

CPF/CNPJ: **12.709.406/0001-27**

Certifica-se que, em consulta aos cadastros CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

O Sistema CGU-PJ consolida os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 09:01:54 do dia 17/02/2023 , com validade até o dia 19/03/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: D0UnJcPmDwAezdENKxDJ

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **MAVICON CONTABILIDADE LTDA**

CPF/CNPJ: **12.709.406/0001-27**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:06:37 do dia 17/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: M759170223090637

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/020801-PMT
INEXIGIBILIDADE Nº 6/2022-220201-PMT
CONTRATO Nº 2022030303-SEMUST

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
TRACUATEUA, ATRAVES DA SECRETARIA DE
SAÚDE E A EMPRESA MAVICON
CONTABILIDADE LTDA -ME.

O **MUNICÍPIO DE TRACUATEUA**, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.999/0001-92, com sede na cidade de Tracuateua, Estado do Pará, endereço na Av. Mario Nogueira de Sousa, S/N, Centro, em conveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRACUATEUA**, inscrito no CNPJ sob o nº 11.739.590/0001-95, denominada **CONTRATANTE**, sediada na Rua São Sebastião, s /nº, Centro, Tracuateua-Pará, CEP: 68.647-000, neste ato representada pela Sra. **MICHELLE ROSARIO DE MELO**, Secretária Municipal de Saúde, brasileiro, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3901064-SSP/PA e do CPF nº 667.205.402-20, domiciliada e residente na Rua São Sebastião, nº 96, Centro, Tracuateua/PA, doravante denominada de **CONTRATANTE** e de outro lado, a empresa **MAVICON CONTABILIDADE LTDA-ME**, inscrito no CNPJ nº 12.709.406/0001-27, situada na Al. Ciriáco Oliveira, nº 11, Padre Luís, CEP 68.600-000, Bragança/PA, representada pelo Sr. **MARCUS PLÍNIO GARCIA DE LIMA**, Brasileiro, casado, contador, inscrito nº CRC nº PA-011678/0-3 e no CPF nº 594.475.242-49, residente e domiciliado no Município de Bragança/PA, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato resolvem celebrar o presente contrato sujeitando-se as partes aos comandos da Lei Federal nº 8.666/93, observadas as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Constitui-se como objeto deste contrato a Contratação de Pessoa Jurídica especializada, visando à prestação de serviços técnicos em assessoria e consultoria contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, para prestar serviços contábeis especializados de contabilidade para:

- a) acompanhamento da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;
- b) acompanhamento do cumprimento dos limites constitucionais na educação, saúde e pessoal;
- c) acompanhamento do cumprimento da legislação, em especial a Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCM/PA e as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional-STN;
- d) acompanhamento das obrigações da Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF, junto ao TCE/PA e demais órgãos de controle externo, tais como: SICONFI, LRF e outros;
- e) assessoria para elaboração das propostas do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA;
- f) acompanhamento da Prestação de Contas Anual para envio ao TCM/PA.
- g) expedição de pareceres na área de contabilidade;
- h) prestação de serviços de assessoria técnica-contábil para implantação, readequação e execução das rotinas internas e fluxos dos serviços das secretarias e órgãos do Poder



Executivo, para dar cumprimento às exigências técnicas e de gestão necessárias a prestação de contas mensais;

i) elaboração de relatórios gerenciais e de gestão fiscal para apresentações em audiências públicas;

j) assessorar, sempre que solicitado, nas tomadas de decisões para a busca do equilíbrio econômico, financeiro e orçamentário, visando o efetivo controle das despesas e fechamento adequado das contas públicas;

k) acompanhamento dos processos de julgamento das contas do Poder executivo Municipal pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará-TCM, referentes aos exercícios financeiros em que houver contratação para consultoria, incluindo a elaboração de recursos administrativos perante o TCE/PA;

l) emissão de relatório detalhado dos serviços prestados;

m) assessoria e treinamento na implantação e adequação dos controles do município às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP);

n) Assessoria na elaboração de processos de prestação de contas junto aos Diversos Órgãos de Fiscalização;

o) Elaboração dos Relatórios de Gestão Fiscal e de Execução Orçamentária, ambos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

p) Elaboração de relatórios gerenciais para o auxílio do Gestor nas tomadas de decisões; Elaboração de Balancetes e Balanço Geral;

q) Assessoria e Consultoria na relação entre o Poder Executivo/Legislativo/Tribunais de Contas;

r) Assessoria na informatização dos departamentos das áreas contábeis, financeira e patrimonial;

s) Acompanhamento do cumprimento das Obrigações junto ao Tribunal de Contas dos Municípios – TCM/PA através do SPE (Sistema de Processo Eletrônico)

t) Acompanhamento e regularização do CAUC nos assuntos pertinentes ao Setor Contábil,

u) Auxílio à CPL municipal com as dotações orçamentárias adequadas para cada Processo Licitatório.

v) Informação e Acompanhamento dos Assuntos Contábeis junto ao Portal da Transparência

x) outras demandas, essenciais ao eficiente desenvolvimento dos serviços contratados.

1.2. Vinculam-se ao presente Contrato a **Inexigibilidade nº 6/2022-220201-PMT** observando o que consta do **Processo Administrativo nº 2022/020801-PMT**, bem como a proposta comercial da **CONTRATADA**, os quais constituem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) O valor global dos serviços prestados é de R\$ 75.600,00 (Setenta e Cinco Mil e Seiscentos Reais), por um período de doze (12) meses.

b) O pagamento será efetuado no mês subsequente a efetiva prestação do serviço, em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal e Recibo, devidamente atestada pela área responsável da Contratante.



c) Havendo erro na Nota Fiscal e/ou Recibo ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação serão suportadas pelo orçamento fixado na Lei Orçamentária anual de 2022. Órgão:1414-Secretaria Municipal de Saúde, Dotação Orçamentária: 10 122 0002 2.076-Manutenção e Coordenação Geral do FMS, Classificação Econômica: 3.3.90.35.00 –Serviços de Consultoria.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto contratado será realizado por execução direta da Contratada, sendo defeso a ela ceder, sub-ceder ou terceirizá-lo.

Parágrafo Primeiro: A Contratada não ficará sujeita a horário de trabalho, mas se compromete a atender a Contratante, todas as vezes em que for exigida a sua intervenção, tanto para orientação, como para emitir parecer acerca de qualquer assunto relacionado com a área contábil.

Parágrafo Segundo: do local da prestação do serviço - O serviço previsto no presente contrato, em regra, será prestado a partir do escritório da contratada e na sede da Contratante em visitas técnicas realizadas de acordo com a necessidade dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

A critério da CONTRATANTE, o objeto da contratação poderá ser acrescida ou suprimida, a qualquer tempo, conforme previsto no § 1º, do Art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA HABILITAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO PROFISSIONAL

A Contratada obriga-se a manter durante toda a vigência contratual as credenciais necessárias e/ou registro nos órgãos de classe competente que a tornam apta a realizar o objeto desta contratação, bem como de seus empregados e/ou prepostos, de forma que não venha exercer atividade ao arrepio da lei.

Parágrafo Primeiro. A apuração das faltas cometidas pela Contratada no exercício de atividades necessárias à execução deste contrato será efetuada mediante processo administrativo adequado, sendo assegurado sempre o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Segundo. No caso de responsabilização da Contratada por perdas e danos causado à Contratante e/ou a Terceiros, aplicam-se as sanções administrativas previstas na CLÁUSULA DÉCIMA deste contrato, independente da resolução do mesmo.

Parágrafo Terceiro. Havendo responsabilização judicial da Contratante pela má atuação, seja dolosa ou culposa, da Contratada, fica aquela autorizada a tomar todas as medidas administrativas ou judiciais para a cobrança de indenização compensatória pelas perdas e danos sofridos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

I - A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar fielmente o contrato, de acordo com as Cláusulas avençadas;
- c) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da contratante, cujas obrigações se obriga a atender prontamente;



- d) Manter preposto, aceito pela Contratante, para representá-la quando da execução do Contrato;
- e) Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como os tributos resultantes do cumprimento do Contrato;
- f) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;
- g) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da Contratante;
- h) Cumprir e fazer cumprir leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação, cabendo-lhe única e exclusiva a responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes;
- i) Comunicar à fiscalização da Contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do Contrato;
- j) Executar os serviços objeto do Contrato, através de pessoas idôneas, com capacitação profissional, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções causem à Contratante, podendo o mesmo solicitar substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente ou cuja capacitação técnica seja insuficiente;
- l) Assumir as responsabilidades por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas nas dependências da Contratante;

II - A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- b) Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada às dependências da Contratante para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados;
- c) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com o Contrato;
- d) Proceder ao pagamento do Contrato, na forma e no prazo pactuados;
- e) Como o presente contrato não impõe vínculo empregatício, a Contratante fica desobrigada de recolhimento dos encargos sociais previstos na Legislação vigente.
- f) prestará ainda os esclarecimentos necessários e colocará à disposição dos mesmos os dados que se fizerem necessários, bem como, comunicará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas o recebimento de qualquer documento, intimação ou notificação recebida que obrigue a atuação da Contratada.
- g) obriga a comunicar, por escrito e em tempo hábil, à Contratada, quaisquer situações emergenciais, bem como a prestar todas as informações que foram solicitadas e que tenham relação com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO.

- a) A Contratante designará um fiscal do contrato para acompanhamento e fiscalização da sua execução, que registrará em relatório todas as ocorrências relacionadas com a



execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

b) Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

c) É direito da fiscalização rejeitar quaisquer fornecimentos quando entender que a sua execução está irregular e/ou que os materiais empregados não são os especificados.

d) Fica designado o servidor para representar a Administração no exercício do dever de acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência deste Contrato é a partir da data da assinatura e término em 03 de março de 2023, podendo ser prorrogado por termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

a) O inadimplemento ou inexecução, total ou parcial, das obrigações assumidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Seção II, do Capítulo IV, da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, ficando estipulado:

a.1) Advertência;

a.2) Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, incidentes sobre o valor do Contrato, até o 10º (décimo) dia;

a.3) Multa de 2,0% (dois por cento) por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, incidentes sobre o valor do Contrato, após o 10º (décimo) dia.

a.4) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, no prazo de até 02 (dois) anos.

a.5) Ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

b) O valor da multa, aplicado após regular processo administrativo, será descontada do pagamento devido pela Administração ou, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) As sanções previstas nos itens "a.1", "a.4" e "a.5" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as previstas nas letras "a.2" e "a.3", facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar de sua notificação;

d) A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado pela Contratada e aceito pela Contratante que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

a) Caberá rescisão de contrato, de pleno direito, por declaração expressa da Contratante, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos no artigo 78, incisos I a XII, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, sem que caiba à CONTRATADA



qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstraram cabíveis em processo administrativo regular.

b) Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste contrato, no mural localizado no Hall de entrada da Prefeitura Municipal, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Contratante, até o décimo dia seguinte a sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

As partes elegem o foro da Cidade de Bragança, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento, desde que não possam ser dirimidas pela mediação administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com todas as cláusulas, as partes resolvem celebrar o presente contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelos representantes das partes, na presença de 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de idêntico teor e forma.

Tracuateua/PA, 03 de março de 2022.

MICHELLE ROSARIO DE MELO:66720540220
Assinado de forma digital por MICHELLE ROSARIO DE MELO:66720540220

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ Nº 11.739.590/0001-95

MICHELLE ROSARIO DE MELO

SECRETÁRIA DE SAÚDE

CPF nº 667.205.402-20

CONTRATANTE

MAVICON CONTABILIDADE LTDA:12709406000127
Assinado de forma digital por MAVICON CONTABILIDADE LTDA:12709406000127

MAVICON CONTABILIDADE LTDA-ME

CNPJ nº 12.709.406/0001-27

MARCUS PLÍNIO GARCIA DE LIMA

CRC nº PA-011678/0-3 e no CPF nº 594.475.242-49

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF: _____

2. _____
CPF: _____



PORTARIA Nº 005-A/2022 - GB/ SEMUST DE 03/03/2022.

Nomeia o Fiscal de contrato e suplente de fiscal de contrato responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos especializados em **Assessoria e Consultoria Contábil, Financeira, Orçamentaria, Orçamentaria, Patrimonial e Operacional**, referente a **INEXICIBILIDADE nº 6/2022-220201**, contrato nº 2022030303-SEMUST.

A Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, **R E S O L V E**:

Art. 1º - NOMEAR o Fiscal de contrato e suplente de fiscal de contrato, os servidores abaixo, para exercerem a função de Fiscal responsável, pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos especializados em **Assessoria e Consultoria Contábil, Financeira, Orçamentaria, Orçamentaria, Patrimonial e Operacional**, referente a **INEXICIBILIDADE nº 6/2022-220201**, contrato nº 2022030303-SEMUST, especificamente, de acordo com artigo 2º do Decreto Municipal nº 013/2018, celebrado pela Secretaria Municipal de Saúde de Tracuateua.

Fiscal de contrato: JOCILENE SIQUEIRA DO NASCIMENTO
CPF: nº 573.965.742-34

Suplente de Fiscal de contrato: MARILIA DE CASSIA MATOS DE LIMA DA SILVA
CPF: nº 004.174.202-85

Caberá ao Fiscal responsável nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais dos Princípios que regem os atos da Administração Pública.

Art. 2º - O exercício da função atribuída Fiscal responsável nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Saúde, 03 de março de 2022.

Michelle Rosário de Melo
Secretária Municipal de Saúde
Decreto Municipal nº 008/2021/GP/PMT

Publicado no quadro de aviso da Secretária Municipal de Saúde, em 03 / 03 / 2022.



Prefeitura Municipal de Tracuateua
Secretaria Municipal de Saúde
CNPJ: 11.739.590/0001-95

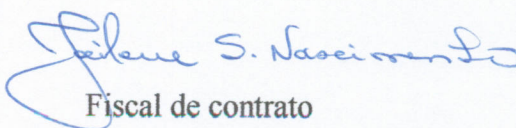


MANIFESTAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO

A contratada vem cumprindo suas obrigações contratuais e exercendo suas atividades a contento, portanto, atestamos os bons serviços prestados pela empresa e manifestamos a concordância e necessidade de aditivo de prazo de 12 (doze) meses, referente ao contrato nº 2022030303- SEMUST, originário do processo administrativo de inexigibilidade nº 6/2022-220201 – PMT, sendo que permanecem inalterados as demais disposições do contrato.

Atenciosamente,

Tracuateua-Pa, 23 de fevereiro de 2023


Fiscal de contrato

Jocilene S. Nascimento
CPF: 573.464.742-34
Fiscal de Contrato